

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.020.097 - RJ  
(2016/0308936-9)**

AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORE : MARCELO ROCHA DE MELLO MARTINS - DF006541  
S

DANIELLE TUFANI ALONSO E OUTRO(S)  
AGRAVADO : ORLANDO MIRANDA DE SOUZA  
ADVOGADOS : JORGE ÁLVARO DA SILVA BRAGA JUNIOR E OUTRO(S) -  
RJ072994  
RUDI MEIRA CASSEL - DF022256  
TALITA BERNARDO DA SILVA - RJ120690

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial em que são partes ESTADO DO RIO DE JANEIRO e ORLANDO MIRANDA DE SOUZA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial na origem. O recurso especial foi interposto contra julgado do E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE COBRANÇA DO REAJUSTE DE 24% CONCEDIDO A ALGUNS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA AÇÃO ? 0024210- 36.1988.8.19.0001, JULGADA EM ÚLTIMA INSTÂNCIA PELO E. STF.

INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 5-º DA LEI ESTADUAL ? 1.206/87, QUE EXCLUIU OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DA REPOSIÇÃO SALARIAL, RECONHECIDA INCIDENTALMENTE NO MANDADO DE SEGURANÇA 583/87. DEMANDA ANTERIOR, PROPOSTA POR UM GRUPO DE SERVIDORES DO JUDICIÁRIO, QUE DEFERIU O DIREITO DE REAVER AS DIFERENÇAS NÃO PAGAS ÀQUELES SERVIDORES. DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE ESTENDE AOS DEMAIS SERVIDORES O REFERIDO REAJUSTE, DE FORMA PARCELADA, A SER PAGO EM QUATRO ANOS. DIREITO AO PERCEBIMENTO DO REAJUSTE DE 24%. PAGAMENTO DOS ATRASADOS QUE DEVERÁ OBEDECER À PRESCRIÇÃO QÜINQUÊNAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA ? 85 DO STJ. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA QUE SÃO REVISTOS DE OFÍCIO."

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Aponta a parte recorrente violação de dispositivos infraconstitucionais e constitucionais

Negou-se seguimento ao recurso especial na origem.

Foi interposto agravo em recurso especial.

Nesta Corte não se conheceu do recurso diante da intempestividade.

É o relatório. Decido.

Destaca-se que, nos termos da jurisprudência desta Corte, é possível permitir a comprovação de feriados ou de recesso forense no âmbito dos Tribunais locais em agravo regimental, desde que, na vigência do Código de Processo Civil de 1973 e por documento hábil para tal ato. A propósito, os seguintes precedentes: AgRg no AREsp 545.396/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado aos 14/10/2014, DJe aos 20/10/2014 e AgRg no AREsp 538.306/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado aos 4/9/2014, DJe 11/9/2014.

Diante das razões apresentadas conheço do agravo em recurso especial. Passo a analisar o recurso especial.

O recurso não merece conhecimento.

Não se conhece da alegação de violação de dispositivos constitucionais em recurso especial, posto que seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

Não cabe ao STJ, a pretexto de analisar alegação de violação do art. 535 do CPC/1973 ou do art. 1.022 do CPC/2015, examinar a omissão da Corte *a quo* quanto à análise de dispositivos constitucionais, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao STF, no âmbito do recurso extraordinário.

Não há violação do 535 do CPC/73 (art. 1.022 do CPC/2015) quando o Tribunal *a quo* se manifesta clara e fundamentadamente acerca dos pontos indispensáveis para o desate da controvérsia, apreciando-a fundamentadamente (art. 165 do CPC/73), apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, como verificado na hipótese.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

Esta Corte somente pode conhecer da matéria objeto de julgamento no Tribunal de origem. Ausente o prequestionamento da matéria alegadamente violada, não é possível o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ : "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*"; e, por analogia, os enunciados n. 282 e 356 da Súmula do STF.

Conforme entendimento desta Corte, não há incompatibilidade entre a inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e a ausência de prequestionamento, com a incidência do enunciado n. 211 da Súmula do STJ quanto às teses invocadas pela parte recorrente, que, entretanto não são debatidas pelo tribunal local, por entender suficientes para a solução da controvérsia outros argumentos utilizados pelo colegiado. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.234.093/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 3/5/2018; AgInt no AREsp 1.173.531/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 20/3/2018, DJe 26/3/2018.

Relativamente às demais alegações de violação de dispositivos infraconstitucionais, a Corte de origem analisou a controvérsia dos autos levando em consideração os fatos e provas que envolvem a matéria. Assim, para se chegar à conclusão diversa seria necessário o reexame fático-probatório, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual "a pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo em recurso especial, para não conhecer do recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 2% sobre o valor já fixado, nos termos do art. 85, §11, do Código de Processo Civil de 2015, observados, se aplicáveis: *i*. os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do já citado dispositivo legal; *ii*. a concessão de gratuidade judiciária.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator